

Solfácil
Securitizadora de
Créditos do
Agronegócio S.A

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 22 de julho de 2021 (data de início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização de Cédulas de Produto Rural Financeiras

Veja a Nota 8 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 83,87% de seus ativos representado por Cédulas de Produto Rural Financeiras (“CPR-Fs”), mensurados ao custo amortizado.</p> <p>Desta forma, a Companhia calcula o custo amortizado com base em parâmetros determinados nos contratos de emissão das CPR-Fs.</p> <p>Devido à relevância do saldo dessas CPR-Fs em relação as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliamos se as CPR-Fs atendem aos critérios estabelecidos no CPC 48 -Instrumentos Financeiros de modelo de negócio e somente pagamento de juros e principal para a classificação de ativo financeiro ao custo amortizado;– Com auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, comparamos os dados e premissas utilizados pela administração na preparação do cálculo do custo amortizado – tais como as taxas e índices de remuneração – com aqueles determinados nos contratos de emissão das CPR-Fs;– Com auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, reperformamos o cálculo do valor do custo amortizado das CPR-Fs com base nos referidos termos contratuais obtidos para a data-base; e– Avaliamos se as informações apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia atendem aos requisitos de divulgação. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os saldos dessas CPR-Fs quanto a sua valorização e suas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	31.12.2021	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31.12.2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	727	Contas a Pagar	10	7
Cédulas de Produto Rural Financeiras	8	1.275	Tributos a Pagar		1
Outros valores a receber	6	46	Debêntures	9	321
Impostos à Recuperar	5	10			
Total dos ativos circulantes		2.058	Total dos passivos circulantes		329
Cédulas de Produto Rural Financeiras	8	4.836	Debêntures	9	7.203
Outros valores a receber	6	304			
Partes relacionadas	7	88			
Total dos ativos não circulantes		5.228	Total dos passivos não circulantes		7.203
			Patrimônio líquido		
			Capital social	11.1	1
			Prejuízos acumulados	1	(247)
			Total do patrimônio líquido		(246)
Total dos ativos		7.286	Total dos passivos e patrimônio líquido		7.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstração do resultado

Período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Acum. 31/12/2021
Receita líquida	13	33
Custo	14	<u>(333)</u>
Resultado bruto		(300)
Resultado operacional líquido		(300)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(300)
Receita Financeira	15	<u>58</u>
Despesa Financeira	15	<u>(5)</u>
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição social		(247)
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>
Resultado líquido do período		(247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Acum. 31/12/2021
Resultado líquido do período	(247)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total do período	<u><u>(247)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Aumento Capital Social	1		1
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1	-	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	(247)
(Aumento) redução nos ativos operacionais-	
Cédulas de Produto Rural Financeiras	112
Outros valores a receber	(350)
Partes relacionadas	(88)
Impostos a recuperar	(10)
(Redução) aumento nos passivos operacionais	
Contas a pagar	7
Impostos, taxas e contribuições	1
Juros com debêntures	333
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	<u><u>(242)</u></u>
Fluxo de caixa das atividades investimento	
Aquisição CPR-Fs	(6.223)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	<u><u>(6.223)</u></u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Recursos provenientes da emissão de Debêntures	7.191
Aumento de Capital	1
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u><u>7.192</u></u>
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>727</u></u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	727
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>727</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Acum. 31/12/2021
Receitas		
Receita operacional	13	<u>33</u>
		<u>33</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo	14	<u>(333)</u>
		<u>(333)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(300)</u>
Valor adicionado líquido produzido		<u>(300)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15	<u>58</u>
		<u>58</u>
Valor adicionado a distribuir		<u><u>(242)</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Despesas financeiras	15	5
Resultado do período		(247)
Valor adicionado distribuído		<u><u>(242)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais

A Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Companhia”), foi constituída em 12 de agosto de 2021 e iniciou suas atividades em 22 de julho de 2021. A Companhia está enquadrada nos requerimentos da Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar.

A companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos ; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitados.

A Companhia é uma securitizadora constituída com o propósito de adquirir e securitizar créditos financeiros decorrentes da Cédulas de Produto Rural Financeiras entre a Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. (“Solfácil Energia”) e Produtores Rurais. Após a efetiva colocação, subscrição e integralização das Debêntures, a Companhia adquire as CPR-Fs e como contraprestação a cada endosso das CPR-Fs e dos direitos creditórios delas provenientes, presentes e futuros que atendam aos critérios de elegibilidade, a Companhia pagará à Solfácil Energia o Preço de Aquisição. Em garantia do cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas no âmbito das Debêntures, a Companhia se comprometeu a outorgar a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em favor dos titulares das Debêntures e a alienação fiduciária da totalidade de suas ações.

Em 31 de dezembro do 2021, a companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 247, e este prejuízo ocorreu exclusivamente por conta do descasamento entre a receita de juros relativa à atualização das CPR-Fs e a despesa de juros relativa à atualização das Debentures. Tal descasamento tem caráter provisório pois é esperado que o fluxo de recebíveis proveniente das CPR-Fs seja superior à obrigação de pagamento das Debentures. Adicionalmente, a velocidade de aquisição das CPR-Fs até 31 de dezembro de 2021 foi inferior ao fluxo esperado gerando um acúmulo de caixa.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de julho de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras, apresentadas em milhares de reais, foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros custo amortizado e (b) ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

E, passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (a) passivos financeiros custo amortizado e (b) outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se dá somente quando a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida. A Companhia poderá também realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado como custo amortizado quando seu objetivo ou modelo de negócio seja receber o fluxo financeiro contratual do ativo ou que o contrato especifique o fluxo de recebimento do fluxo financeiro.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado quando no reconhecimento inicial quando não enquadrado como custo amortizado ou como mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, designando investimento específico em instrumento patrimonial.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Uma perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas. O registro da perda deve ser feito através de uma conta de provisão, sendo sua contrapartida no resultado. Como critério na análise, é levada em consideração a inadimplência do ativo, Oriundos das Cédulas de Produto Rural Financeiros, e a suficiência das garantias atreladas à operação.

(iii) Passivo financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises qualitativas e quantitativas, e a experiência histórica da Companhia junto aos seus clientes, contribui para uma avaliação de crédito direcionada (individualizada), e que também considera informações prospectivas (*forward-looking*) dos clientes.

Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Os recebíveis da Companhia decorrem basicamente da carteira de Cédulas de Produto Rural Financeiras (“CPR-Fs”), que terão vencimento máximo de até 156 meses, com prazo máximo de carência para início dos pagamentos das parcelas de 12 meses, contam com garantia de alienação fiduciária sobre equipamentos de sistema solar fotovoltaico, o devedor não poderá estar com parcelas em atraso há mais de 15 dias, entre outros critérios de elegibilidade para a aquisição desses ativos pela Companhia.

Para realizar o monitoramento da capacidade de pagamento dos clientes, a administração da Companhia possui uma equipe dedicada de gestão que avalia de forma individual, os critérios de elegibilidade contratuais, fatores que auxiliam a Companhia na tomada de decisão pela constituição ou não de provisão para perdas esperadas. A Companhia não possui histórico de inadimplência e são considerados inadimplentes pela Companhia apenas quando: (i) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia, por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; (iii) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (iv) quebras de cláusulas ou condições contratuais.

Desta forma, a Companhia usa uma matriz de provisão abaixo para determinar as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo, dado as características dos recebíveis. A matriz se baseia nas taxas históricas de inadimplência, que não são relevantes, dado a ausência de histórico junto aos clientes da Companhia, e que, quando a administração julgar necessário, é ajustada de acordo com uma estimativa prospectiva, que inclui os fatores acima descritos, para definição de recebível inadimplente.

Atraso	Provisão para perdas esperadas
Até 15 dias	0,00%
Entre 16 e 30 dias	2,00%
Entre 31 e 60 dias	6,00%
Entre 61 e 90 dias	20,00%
Acima de 90 dias	100,00%

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(i) Mensuração das perdas esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(iii) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.5 Receita financeira

É formada pelo montante de rendimentos de aplicações financeiras, cuja a destinação será a aquisição de novas CPR-Fs e para o pagamento das despesas.

3.6 Despesa financeira

É formada pelo montante de despesas de IOF e Tarifas bancárias.

3.7 Resultado básico por ação

O cálculo básico do Resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido / (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

3.8 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 “Demonstração do Valor Adicionado”.

3.9 Novas normas, alterações e interpretações

- Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou novas normas ou interpretações com aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

• **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Imobilizado Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23)
1º de janeiro de 2023	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 2) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2021
Aplicações Financeiras (a)	727
Total	727

- (a) São aplicações financeiras bancárias em CDB com rentabilidade apuradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) de 99%, com liquidez imediata. Foram classificadas como valor justo por meio do resultado.

5 Impostos a recuperar

	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10
	10

6 Outros valores a receber

	31/12/2021
Fee Servicing	5
Agente Fiduciário	15
Assessor Legal	56
Agente de Liquidação	18
Escrituração	29
Taxa de Emissão	200
Taxa de administração	23
Honorários contábeis	4
Total (a)	350

	31/12/2021
Outros valores a receber – Curto Prazo	46
Outros valores a receber – Longo Prazo	304
Total	350

- (a) Refere-se ao custo de captação da operação e as despesas recorrentes que será reembolsado pela Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda., uma vez que a responsabilidade desses custos não é da Companhia.

7 Partes relacionadas

	31/12/2021
Publicação	60
Consultoria	2
Outras despesas	26
Total (a)	88

- (a) Refere-se as despesas de constituição da Companhia, que será reembolsado pela Opea Securitizadora S.A. (“Controladora”).

8 Cédulas de Produto Rural Financeiras

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Em 18 de agosto de 2021, a Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Solfácil Securitizadora”) aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, as condições da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em quatro séries, de sua 1ª emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1 (hum mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões reais). As CPR-Fs são emitidas por produtores rurais em benefício da Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. e são adquiridas pela Solfácil Securitizadora após a efetiva colocação, subscrição e integralização das debêntures. Até 31 de dezembro de 2021, foram adquiridas o valor total de R\$ 6.223 (seis milhões, duzentos e vinte e três mil) CPR-Fs. As CPR-Fs serão remunerados por taxas distintas que em agregado e considerada a aquisição pro forma, deverão projetar fluxos financeiros com uma taxa interna de retorno (“TIR”) de (i) IPCA + 13% para as CPR-Fs pós-fixadas ou (ii) 15% para as pré-fixadas, o prazo médio ponderado de vencimento das CPR-Fs é de 85 meses. As CPR-Fs contam com garantia de Alienação fiduciária de Equipamentos de Sistema Solar Fotovoltaicos. A Cédula de Produto Rural Financeiras é classificada como custo amortizado.

	31/12/2021
Cédula de produto Rural Financeiros – Curto Prazo	1.275
Cédula de produto Rural Financeiros – Longo Prazo	4.836
Total	<u><u>6.111</u></u>

Movimentação da Cédula de Produto Rural Financeiros

	31/12/2021
Valor da Emissão	6.223
Recebimento de CPR-Fs	(145)
Atualização	33
Total	<u><u>6.111</u></u>

9 Debêntures

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A emissão de debêntures possui o valor total de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões), distribuídas em 4 séries, sendo o volume de cada uma delas: série 1 R\$112.500 (cento e doze milhões e quinhentos mil), série 2 R\$ 22.500 (vinte e dois milhões e quinhentos mil), série 3 R\$ 11.250 (onze milhões, duzentos e cinquenta mil) e série 4 R\$ 3.750 (três milhões, setecentos e cinquenta mil). Em 18 de agosto de 2021 a Companhia firmou contrato para a 1ª emissão de debêntures, em 4 séries, com Garantia Real: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios presentes e futuros decorrentes de Cédulas de Produto Rural Financeiras (“CPR-Fs”) e a Alienação Fiduciária de Ações da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. O valor total emissão de debêntures é de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões), porém até 31 de dezembro de 2021 apenas R\$ 7.075 (sete milhões e setenta e cinco mil) foram integralizados. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão mensalmente a partir de agosto de 2022. A debênture possui vencimento previsto para 20 de agosto de 2029. A Debênture é classificada como custo amortizado.

	Juros remuneratório	31/12/2021
Série 1	IPCA + 6.7500% a.a.	320
Série 2	IPCA + 9.2500% a.a.	1
Série 3	IPCA + 11.2500% a.a.	-
Série 4	IPCA + 11.2500% a.a.	-
Total Curto Prazo		<u><u>321</u></u>

	Juros remuneratório	31/12/2021
Série 1	IPCA + 6.7500% a.a.	4.931
Série 2	IPCA + 9.2500% a.a.	1.055
Série 3	IPCA + 11.2500% a.a.	529
Série 4	IPCA + 11.2500% a.a.	688
Total Longo Prazo		<u><u>7.203</u></u>

Movimentação da Debênture

	31/12/2021
Valor da Série 1	5.033
Valor da Série 2	1.007
Valor da Série 3	503
Valor da Série 4	648
Atualização	333
Total	<u><u>7.524</u></u>

10 Contas a pagar

	31/12/2021
Fornecedores	7
	7
	7

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é de R\$ 1 (hum mil reais) e está representado por 1.000 ações totalmente integralizadas.

11.2 Reserva de lucros

a. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo de reserva de retenção de lucros.

12 Resultado por ação

O cálculo básico do Resultado por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	22/07/2021 à 31/12/2021
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(247)
Quantidade de ações em circulação no período	1.000
Prejuízo básico por ação (valor unitário em R\$)	(247,00)

13 Receita líquida

	22/07/2021 à 31/12/2021
Receita Bruta	33
Receita oriunda do juros de atualização da CPR-Fs	33
Receita Líquida	33

14 Custo

	22/07/2021
	à
	<u>31/12/2021</u>
Custo com juros de atualização de debêntures	<u>(333)</u>
Total	<u>(333)</u>

15 Resultado financeiro

	22/07/2021
	à
	<u>31/12/2021</u>
Receitas Financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>58</u>
	<u>58</u>
Despesas Financeiras	
Outras despesas	<u>(5)</u>
	<u>(5)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>53</u>

16 Instrumentos financeiros

Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Natureza	Classificação	Hierarquia	<u>31.12.2021</u>	
			Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Nível 2	727	727
Cédula de Produto Rural Financeiros	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	<u>6.111</u>	<u>6.111</u>
			6.838	6.838
Passivo financeiros não- mensurados ao valor justo				
Contas a Pagar	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	<u>7</u>	<u>7</u>
Debêntures	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	<u>7.524</u>	<u>7.524</u>
			7.531	7.531

Técnicas de avaliação de valor justo e inputs significativos não observáveis

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2021 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

17 Gerenciamento de riscos

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das CPR-Fs.

Conforme nota explicativa nº 3.3, a Companhia possui uma matriz de provisão para perdas esperadas para fazer frente a inadimplência da sua carteira de CPR-Fs, além das garantias à disposição da emissora das CPR-Fs para os casos em que todas as tentativas de cobrança foram esgotadas. Ainda, a remuneração das debêntures emitidas pela Companhia tem como lastro os recebíveis oriundos da carteira de CPR-Fs, ou seja, os recursos recebidos com o pagamento das CPR-Fs são utilizados para remunerar os debenturistas, logo, o inadimplemento das CPR-Fs ensejará no inadimplemento para com os debenturistas, em último caso, a carteira de recebíveis, bem como as suas garantias serão entregues aos debenturistas. Desta forma, a administração da Companhia entende os dispositivos de elegibilidade, garantias e critérios de provisionamento são fatores mitigadores desses riscos.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” em um montante superior às saídas de caixa contratadas para liquidação de passivos financeiros para os próximos 12 meses. O índice de liquidez imediata era de 2,21 em 31 de dezembro de 2021.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

Análise da administração

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2022 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

Premissas	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa	12,38%	9,29%	6,19%
Diminuição da taxa do IPCA			
Títulos e valores mobiliários	5,52%	4,14%	2,76%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	90	68	45
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Cédulas de Produto Rural Financeiras	338	253	169
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Debêntures	416	312	208

18 Outros assuntos

Com relação à pandemia Covid-19, a Companhia tem observado atentamente o impacto no mercado de securitização brasileiro e respectivos créditos a ele vinculados, e segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento. Do ponto de vista de caixa, a Companhia encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país. A Companhia se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela, e tem adotado políticas corporativas globais e recomendações do seu acionista controlador.

19 Eventos Subsequentes

Entre janeiro de 2022 e a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram integralizadas 11.698 debêntures, distribuídas entre as emissões conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade	Valor Total Integralizado
Emissão 1	8.511	9.377
Emissão 2	1.684	1.878
Emissão 3	835	940
Emissão 4	668	752
Total	11.698	12.947

A quantidade de debêntures a integralizar até a data de emissão desta demonstração financeira é de:

	Quantidade
Emissão 1	99.037
Emissão 2	19.827
Emissão 3	9.922
Emissão 4	2.441
Total	<u>131.227</u>

* * *

Fábio Roberto Benvindo
CRC 1SP255684/O-3

DECLARAÇÃO

Eu, FLÁVIA PALÁCIOS MENDONÇA BAILUNE, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 013.187.264-0, (DETRAN/RJ), inscrita no CPF/MF sob o nº 052.718.227-37, na qualidade de diretora da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., referente ao período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 21 de julho de 2022

FLAVIA PALACIOS MENDONÇA BAILUNE

DECLARAÇÃO

Eu, EDUARDO TRAJBER WAISBICH, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.599.267-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 354.775.038-58, na qualidade de diretor da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 21 de julho de 2022

EDUARDO TRAJBER WAISBICH